

A revista Juventude.br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acerto prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

O ano que passou será marcado pelas imagens das mobilizações juvenis, muitas delas com repercussão mundial. Os jovens egípcios na Praça Tahrir, os norte-americanos em Wall Street, os estudantes chilenos, os indignados espanhóis, para não falar de centenas de outras manifestações no Brasil, na Inglaterra, na França. Em comum, o espírito democrático com que esses jovens vêm à esfera pública demandar transformações nos regimes políticos, nos sistemas educacionais, na esfera econômica. Também em comum pesa o cenário em que essas manifestações aparecem. A profunda crise que atinge o capitalismo desde 2008 revela a fragilidade dos sistemas de regulação implantados ao longo das últimas duas décadas. O desmantelamento de sistemas de proteção social, a subordinação de sociedades inteiras aos desígnios dos mercados financeiros constituem uma espécie de “espírito de época” da avalanche neoliberal.

Com bandeiras diversas, em realidades nacionais distintas, os jovens ocupam as ruas. A democratização no Egito, o controle público dos sistemas financeiros em Wall Street, as reformas educacionais no Chile e no Brasil. São expressões da pluralidade das formas de manifestação dos jovens, que mais uma vez vão buscando sua constituição como atores relevantes nas lutas políticas do nosso tempo.

Nesta edição, o artigo de Alexis Cortés Morales traz uma importante contribuição à compreensão das novas ondas de mobilizações estudantis no Chile. Ao contrário dos que vêm cada nova manifestação como um “raio em céu azul”, o autor traça com perspicácia as linhas que permitem compreender a trajetória de acúmulo da resistência e dos protestos dos estudantes chilenos. Trata-se de um processo histórico de construção de formas de ação coletiva, que remete às lutas pós democratização, ao “mochilazo” de 2001 e à “revolução pinguina” de 2006, culminando com os massivos protestos deste ano.

A revista traz também o dossiê sobre o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), recentemente sancionado pelo Governo Federal. O programa traz mudanças significativas na organização do ensino técnico no país, oferecendo a possibilidade de ampliação e diversificação dos cursos oferecidos, ampliando os investimentos e incorporando ao sistema público parceiros oriundos da iniciativa privada. As mudanças são controversas e despertam um importante debate sobre os rumos da educação técnica no país. A revista oferece um debate e um diálogo plural com posições diversas que podem ajudar a entender os desafios que estão colocados para o sistema educacional brasileiro.

O artigo de Betina Fresneda procura desvendar as relações entre a estrutura educacional e as desigualdades de oportunidades entre os jovens. A autora adota uma perspectiva comparada para contrastar o caso brasileiro com as variantes europeias e com isso problematizar os dilemas entre sistemas ancorados na opção pela educação técnica ou pela generalista. Apresenta ainda uma leitura original dos dados relativos ao perfil dos estudantes do ensino técnico brasileiro e do peso desta educação em suas trajetórias no mercado de trabalho.

O dismantelamento de sistemas de proteção social, a subordinação de sociedades inteiras aos desígnios dos mercados financeiros constituem uma espécie de “espírito de época” da avalanche neoliberal

Já Madalena Guasco, presidente da CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) apresenta as razões pelas quais a confederação sindical se opõe ao programa. Argumenta que não se pode aceitar o repasse de grande quantidade de recursos públicos para a gestão da iniciativa privada, que se tornaria responsável pela maior parte da educação profissional e tecnológica no país, sem que sequer estejam criadas formas adequadas de controle. Assim, o Estado estaria entregando aos sindicatos e confederações patronais a gestão da qualificação dos trabalhadores.

Por outro lado, o reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, Dênio Rebello Arantes, considera que apesar das debilidades o Pronatec tem mais pontos positivos que negativos. Em sua perspectiva, o Brasil vive um momento ímpar, tendo a chance de aproveitar um bônus demográfico, que coloca grande parte da população em idade ativa para o trabalho, com um bom momento econômico. A combinação desses fatores estaria a exigir uma política de qualificação e educação profissional, cabendo ao Pronatec oferecer os caminhos para sua expansão e para a inclusão social. Em sua visão, os incentivos à rede privada respondem a uma situação emergencial e com o tempo, a rede pública tende a prevalecer.

A revista publica ainda um conjunto amplo de artigos que oferecem uma perspectiva diversificada sobre os estudos relativos à juventude no Brasil. O artigo de Jamille Guimarães trata de processos sociais de construção da identidade de jovens através da participação social e cidadã. A autora mobiliza a teoria do reconhecimento da tradição frankfurtiana para interpretar um conjunto de experiências juvenis. Vem à tona os processos de construção do respeito social e do autorrespeito ao lado do tema dos direitos, como decisivos na formação de identidades autônomas. O trabalho mostra como o engajamento e a participação em espaços cívicos ajudam a constituir autonomia e como esta participação ganha o sentido de crescimento e maturidade pessoal nas narrativas juvenis.

Gianne Reis aborda o tema do uso de novas tecnologias por jovens, fazendo uma revisão da literatura sociológica sobre o tema. Já Scheila de Souza, Maria D’Ajuda Ribeiro e Ricardo de Freitas debatem a construção da juventude em produções cinematográficas brasileiras contemporâneas, enfocando alguns filmes onde jovens desempenham papéis protagonistas. O cinema aparece como uma forma de tentar compreender o imaginário juvenil brasileiro contemporâneo.

Esta edição da revista inaugura uma seção de resenhas, com a colaboração de Raisa Marques, analisando o importante livro de Maurício Parada, “Educando corpos e criando a nação”, que trata da relação entre a política estadonovista e a juventude. A resenha além de apresentar as linhas de força do argumento do autor, aponta interessantes possibilidades de crítica e de revisão de aspectos da obra.

Boa leitura!



Publicamos um conjunto amplo de artigos que oferecem uma perspectiva diversificada sobre os estudos relativos à juventude no Brasil. Entre outros, o artigo de Jamille Guimarães trata de processos sociais de construção da identidade de jovens através da participação social e cidadã